



OBSERVATÓRIO **BR-319**

<<< INFORMATIVO N°34 | AGOSTO 2022 >>>

Foto: Orlando K. Jr. / FAS

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Desenvolvimento territorial da BR-319 deve ser adequado às diversas realidades que envolvem a rodovia

10 Interior em Foco

- Lideranças femininas da BR-319 realizam evento para alinhamento de estratégias e atuação em rede

13 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

18 Diálogos da BR-319

- Concessões e regularização fundiária foram destaques em reunião de governança

20 Ciência

- Florestas com lençol freático raso e a BR-319: qual sua importância e o que isso tem a ver com as mudanças climáticas?

22 Minuto BR



Editorial

Desde 2007, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Nesta edição, destacamos um importante projeto do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), a Agenda de Desenvolvimento Territorial da Região da BR-319, a ADT. A iniciativa lança luz sobre os territórios da área de influência da rodovia e as demandas as suas populações.

A ADT tem potencial para ser um fio condutor para ações de governança que partam dos próprios moradores da rodovia, empoderados e articulados a partir de conhecimentos gerados entre eles. A matéria traz entrevistas e o link para baixar a publicação.

No Interior em Foco, temos o V Encontro de Mulheres da BR-319, evento realizado para o alinhamento de estratégias e fortalecimento da interação entre os diversos coletivos de mulheres existentes em territórios da rodovia.

Já na seção Ciência, falamos mais uma vez sobre lençóis freáticos, um dos recursos naturais mais importantes de manutenção da floresta e do bem-estar da população, mas que são ameaçados pelo desmatamento e as queimadas. Sem eles, os diversos modos de vida, humanas e não humanas, estão comprometidos. Em Diálogos da BR-319, como de costume, temos

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR E DESMATAMENTO

o resumo da Reunião de Governança do Trecho do Meio, onde você pode ler sobre concessões florestais e novidades sobre a Floresta Estadual Tapauá.

Por fim, e muito importante, leia os últimos dados consolidados de desmatamento e focos de calor nos estados e municípios abrangidos pela rodovia, além da Amazônia Legal.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

Desenvolvimento territorial da BR-319 deve ser adequado às diversas realidades que envolvem a rodovia

As comunidades da área de influência da BR-319 agora têm mais um instrumento para orientar sobre o bem-estar dos seus moradores: a Agenda de Desenvolvimento Territorial da Região da BR-319, a ADT, produzida pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), em parceria com organizações que atuam na rodovia e comunitários locais.

Partindo da premissa de que um único projeto, isoladamente, não é capaz de transformar as diversas realidades locais, a publicação propõe 13 estratégias para consolidar o desenvolvimento dos territórios impactados pela repavimentação da rodovia.

“O que de fato mobiliza as aspirações locais? A ideia de prosperidade precisa ser disputada e expandida para além das bordas do asfalto, criando uma dinâmica que coloca o territó-



Foto: Divulgação / FGVces

rio no centro, em lugar da obra”, provoca a publicação. Uma das pesquisadoras que participaram da produção da agenda, a mancoreense Jolemia Chagas, pesquisadora da FGV e articuladora da Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta), destaca o caráter transversal, feminino e jovem, das estratégias. “As populações

locais fazem parte dos primeiros passos da constituição da ADT e são fundamentais para a implementação das ações desenvolvidas. A inclusão de jovens e mulheres como lentes transversais da agenda, vem representada em demandas e proposições de soluções com caminhos definidos e checados por eles, possibilitando a participação dos mesmos na provocação e implementação das ações”, disse. “As combinações entre as 13 estratégias da ADT, apontam para ações sistêmicas executadas ou provocadas, seja via políticas públicas ou sociedade civil, visando mitigar ameaças existentes e intensificadas com a repavimentação da BR-319, sobretudo as que afetam grupos mais vulneráveis como mulheres, jovens e crianças”, explicou Jolemia.

Além da Reta, o Observatório BR-319 e as organizações membro Casa do Rio, Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) também contribuíram para a agenda. Ao todo, a construção da publicação contou com a participação de mais de 600 pessoas de cerca de 150 organizações que representam morado-



Foto: Orlando K. Jr. / FAS

res de 64 comunidades rurais, tradicionais e urbanas de quatro territórios-alvo: distrito Realidade, próximo ao fim da rodovia, em Humaitá; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu, no Trecho do Meio, no município de Careiro Castanho; e as sedes dos municípios de Manicoré e Careiro Castanho. Todos foram escolhidos devido às pressões que sofrem com a repavimentação da rodovia.

“Tudo foi feito de forma participativa por comunitários, líderes de organizações de base, gestores públicos, representantes de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e especialistas de instituições de ensino e pesquisa. Cada um trouxe para a ADT, a partir

das suas experiências de atuação nos territórios, os desafios e as oportunidades que ela pode nos proporcionar em diversas frentes, seja via políticas públicas, iniciativas da sociedade civil de como incidir politicamente”, acrescentou Jolemia.

A gestora de projetos do FGVces, Carolina Derivi, explica que o trabalho de produção da ADT é muito oportuno, uma vez que em se tratando de outras grandes obras, no Pará e em Rondônia, ações semelhantes foram executadas com os empreendimentos em fase de instalação. “Em casos assim, as questões dos territórios ficam muito prejudicadas, pois são atropeladas por outras coisas urgentes. Assim não se tem amplo diálogo, organização de forças sociais

e conhecimentos dispersos, que podem ser articulados para servir de atuação para a militância de base”, explicou Derivi.

“O planejamento territorial é um dos assuntos da maior importância para o contexto de mega obras de infraestrutura, sobretudo na Amazônia brasileira, e é algo que já estamos trabalhando há muito tempo, principalmente na área de políticas públicas, porque os territórios são invisibilizados nestes processos”, disse a gestora de projetos do FGVces. “Na Amazônia, as decisões substantivas são tomadas pensando em outros fatores, como as políticas setoriais e questões mais macroeconômicas, principalmente, as indústrias agroexportadoras, e os territórios não aparecem nesse planejamento. E, também, da mesma forma, na hora de se implementar. O que se tem é o instrumento do licenciamento ambiental, que acaba configurando uma sobrecarga da política ambiental, que é quando no licenciamento que o território se revela. Mas os desafios dos territórios transcendem em muito a política ambiental”, acrescenta Derivi.



Foto: Orlando K. Jr. / FAS

AS 13 ESTRATÉGIAS

- 1 Capacidades para proteção ambiental e territorial.
- 2 Sistemas da agrobiodiversidade promotores da segurança alimentar e nutricional.
- 3 Infraestrutura socioterritorial e qualidade ambiental.
- 4 Participação social e transparência para o acesso a políticas públicas.
- 5 Política de educação com participação social e inovação tecnológica.
- 6 Política de saúde integral, descentralizada e regionalizada.
- 7 Proteção social para crianças, jovens e adultos em situação de risco de violação de direitos.
- 8 Mecanismos de segurança pública para preservação da vida e do meio ambiente.
- 9 Democratização de espaços e iniciativas de lazer em diálogo com as culturas locais.
- 10 Equidade de gênero e garantia de direitos das mulheres
- 11 Inclusão social e autonomia ao jovem.
- 12 Valorização das capacidades e competências das populações locais.
- 13 Promoção e conservação dos modos de vida para o bem viver.



Foto: Divulgação / FG/ces

APLICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

A publicação chama a atenção para um antigo problema vivido por moradores de municípios do interior do Amazonas, mas que se acentuou na pandemia de covid-19: a desigualdade social, em todos os sentidos. A presença de médicos no interior do estado é a menor entre todos os estados da região Norte, Manaus abriga 24 dos 37 equipamentos socioassistenciais de alta complexidade disponíveis no Amazonas, e 83% das matrículas de Ensino Médio estão localizadas somente em escolas urbanas. Isso e muito mais é usado como argumento por quem defende a repavimentação da BR-319 em detrimento ao respeito aos direitos dos povos da floresta. A ADT faz um alerta: a expectativa de que a pavimentação da BR-319 solucionaria o problema do

acesso a bens e serviços públicos naturaliza as desigualdades estabelecidas entre os mundos rural e urbano.

“Isso se encaixa no que a ADT chama de ‘desenvolvimento cego’”, opinou Jolemia. “É preciso atentar para as necessidades e particularidades de cada território e, antes de tudo, ouvir o que essas populações querem”, acrescentou. “Com a ADT as populações locais têm a oportunidade de contribuir de forma participativa com a governança de seus territórios a partir de suas demandas reais, ao mesmo passo em que se nutrem de conhecimentos sobre o funcionamento das instituições formais governamentais, de conteúdos referentes a políticas públicas, da administração e gestão. Além de contribuírem com seus

saberes junto a outros grupos sociais e de outros territórios”, disse Jolemia.

A pesquisadora diz, ainda, que os moradores, por meio dos movimentos sociais e organizações comunitárias formais ou não, podem utilizar a agenda propondo ações contempladas nela junto a órgãos gestores públicos, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e até mesmo entidades empresariais. “A aplicação das estratégias pode ser proposta nos níveis municipal, estadual e federal, na composição do diagnóstico sobre quais capacidades públicas estão disponíveis e no desenho de quais as possibilidades de avanços na implementação de políticas públicas na região da BR-319”, explicou. “E, também, como sociedade civil organizada, as populações locais podem atuar via mecanismos de controle social já estabelecidos nas políticas públicas, como os conselhos, bem como incidir politicamente via associações comunitárias junto a construção e implementação e projetos em acordo com as demandas locais”, acrescentou.

DIVERSAS POSSIBILIDADES

A monocultura e a agropecuária, são vertentes econômicas bastante exaltadas no Brasil, mas que não distribuem riquezas e não mudam a realidade dos locais onde se instala na Amazônia. Prova disso são os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades da região invadidas pelas atividades ligadas a elas. Quando a soja e o boi, por exemplo, chegam, normalmente,

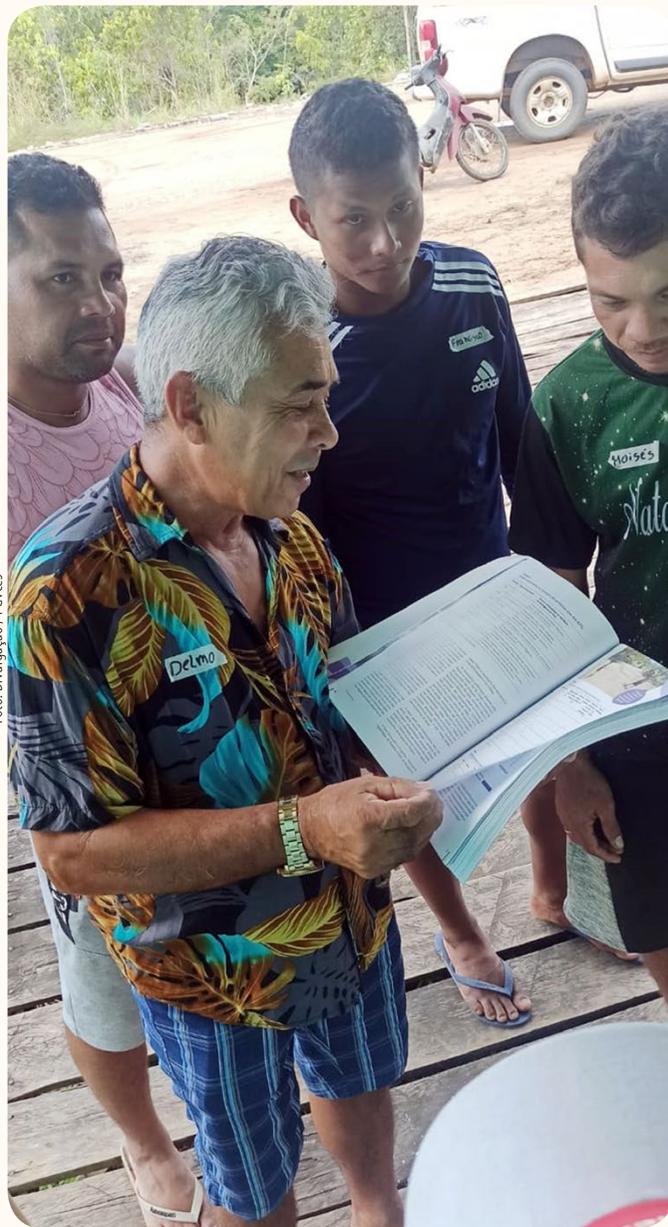


Foto: Divulgação / FGVes

trazem violências e todo tipo de violações, expulsando indígenas, ribeirinhos, agroextrativistas e todas as pessoas que vivem há gerações em territórios ancestrais ou tradicionalmente ocupados. Na BR-319, onde a produção monocultora e a agropecuárias ainda são incipientes, elas já provocam prejuízos e ganha adeptos junto aos que defendem a repavimentação da rodovia a qualquer custo.

“No contexto amazônico, os sistemas produtivos que integram o conceito de ‘agricultura familiar’ são fundamentais para a sustentabilidade e autonomia das famílias, frente aos modelos vinculados à expansão do agronegócio e a práticas predatórias e ilegais, que se baseiam na exploração exaustiva dos recursos. Os sistemas rurais familiares são caracterizados pela produção constante e diversificada de produtos e alimentos e pela ocupação das famílias em diferentes atividades e ambientes. Os alimentos são obtidos principalmente pela produção de subsistência e por trocas e doações, processos que fortalecem a manutenção dos laços comunitários”, diz a ADT no capítulo em que fala sobre sistemas da agrobiodiversidade promotores da segurança alimentar e nutricional.

“O que vemos nestes territórios é exatamente isso, no entanto, a realidade que vem sendo imposta é grave e ameaçadora. A questão fundiária e a insegurança territorial ameaçam a existência dessas comunidades tradicionais”, avaliou Jolemia. “Na minha opinião, o primeiro passo para superar essa dificuldade é garantir por meio da regularização fundiária os territórios de

uso ancestral para as populações tradicionais. Bem como, cumprir as recomendações da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC-MPF) para a implementação do programa Titular Brasil, além de dar ampla visibilidade às ações de regularização ambiental”, disse. Jolemia acrescenta que as garantias dos direitos de populações tradicionais e indígenas, a priorização de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) coletivos e termos de adesão ao Planos de Regularização Ambiental (PRA) e fundiária nos assentamentos, entre Inkra e municípios, também ajudaria. Outros, mecanismos de proteção, como por exemplo, o direito das populações tradicionais e indígenas a consulta prévia livre informada, segundo a OIT169.

E destaca: “Mas o que mais vê hoje são mudanças drásticas de uso do solo e da água por atividades predatórias como retirada da cobertura florestal convertida em madeira, pasto e produção de monocultivos e garimpo. É importante substituir pelo apoio a ações de fortalecimento das cadeias produtivas da agrobiodiversidade, dentre elas a da castanha e da seringa nos territórios, padronizar e adequar os produtos a normas vigentes e diminuir processos burocráticos para licença de manejo e comercialização de pequenos empreendimentos comunitários, sobretudo em áreas não protegidas”, finalizou.

A **Agenda de Desenvolvimento Territorial da Região da BR-319** já está disponível na internet. O lançamento oficial da publicação aconteceu em **evento virtual**, no dia 10 de agosto, e contou com a participação de diversas lideranças dos territórios.



Visão aérea da Comunidade São Sebastião do Igapó-Açu e do rio Igapó-Açu na RDS Igapó-Açu.

Foto: Orlando K. Jr. FAS



Interior em Foco



Foto: Divulgação / Reta

Participantes do V Encontro de Mulheres da BR-319.

Lideranças femininas da BR-319 realizam evento para alinhamento de estratégias e atuação em rede

Nos dias 06 e 07 de agosto, aconteceu no município do Careiro (AM) o V Encontro de Mulheres da BR-319, com a presença de lideranças de territórios da área de influência da rodovia.

Entre os objetivos do evento estavam: fortalecer a interação entre os diversos coletivos de mulheres, discutir a implantação da Agenda de Desenvolvimento Territorial da BR-319 e a reformulação de espaços de diálogo sobre a BR-319. O encontro foi realizado pela Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta) e Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces).

Cerca de 50 mulheres agricultoras, extrativistas, artesãs, sindicalistas, pescadoras, mães, indígenas, caboclas, pretas, de todas as idades e moradoras de comunidades da estrada, assentamentos, distritos, Unidades de Conservação dos municípios de Careiro,

Humaitá e Manicoré, e discutiram o papel da mulher na proteção dos seus territórios e modos de vida. “Todas as convidadas compareceram e foram bastante participativas no evento. Acredito que esta adesão foi resultado da programação e das pautas trabalhadas no encontro”, disse Dionéia Ferreira, articuladora da Reta e uma das coordenadoras do evento.



Foto: Divulgação / Reta

Participantes do V Encontro de Mulheres da BR-319.

Para Jolemia Chagas, também articuladora da Reta e coordenadora do evento, além de pesquisadora do FGVces, o evento também fortaleceu relações entre grupos distintos com objetivos comuns. “Encontrar a si na outra, estruturando uma relação política sólida, solidária e associativa, reivindicando um mesmo território, possibilita repensar sua história, perceber-se no todo, para se mobilizar por propósitos distintos e comuns”, avaliou.

Moradora de Manicoré, Laryssa Perpetuo Pinto Coutinho, 26 anos, presente no evento, avaliou que a ocasião lhe trouxe mais conhecimento sobre o território onde vive e ampliou sua rede de contatos. “Acredito que a mensagem que o evento transmitiu tem a ver com ser resiliente, não desistir, persistir, fazer acontecer onde estiver, na sua cidade, comunidade, reserva ou assentamento. Faça a diferença e sonhe alto”, disse.

Entre os encaminhamentos do encontro estão a criação de um grupo de WhatsApp para as participantes do evento permanecerem em contato e a reformulação do Fórum Permanente de Discussão sobre o Processo de Reabertura da Rodovia BR-319, que vem sendo reestruturado pela Reta, Ministério Público Federal (MPF) e FGVces. Além disso, o compromisso do evento foi fortalecido e firmado entre as mulheres dos territórios presentes, e cada grupo fará devolutivas em suas comunidades.

Colaboraram Danilo Cerqueira, Jolemia Chagas e Luana Bezerra, da FGVces e da Reta.



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento

Monitoramento de Focos de Calor

Em julho de 2022, a Amazônia Legal e o estado do Amazonas apresentaram aumento no número de focos de calor em comparação ao mesmo mês de 2021, de 9% e 22%, respectivamente. Já Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram quedas de 34% e 13% no número de focos.

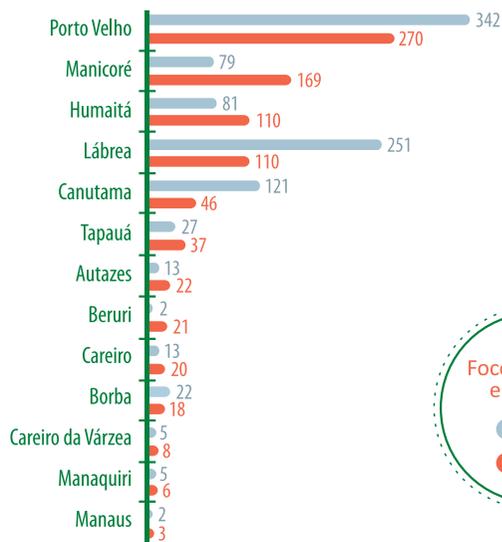
QUEDAS E RECORDES DE FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319

A queda no número total de focos de calor, somando os 13 municípios da BR-319, se deve a diminuição de focos em municípios que geralmente lideram o ranking, como Porto Velho, Lábrea e Canutama, que apresentaram redução de 21%, 56% e 62%, nessa ordem, em relação a julho de 2021.

Apesar disso, nove municípios apresentaram aumento no número de focos, com destaque para Beruri, Careiro da Várzea, Humaitá e Tapauá, que bateram o recorde de focos de calor para o mês de julho considerando os últimos 13 anos.



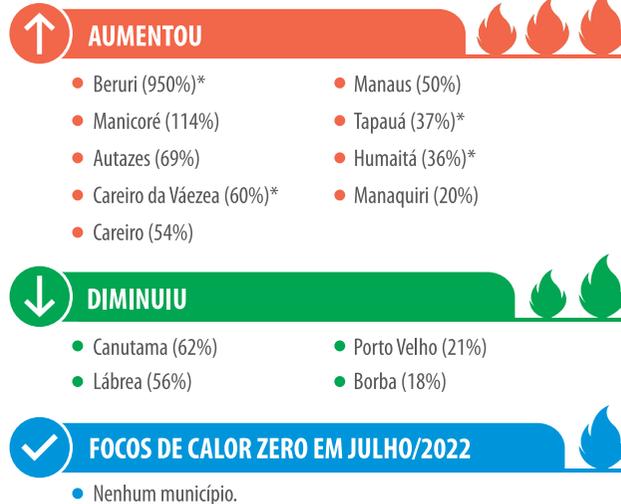
NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE JULHO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A JULHO DE 2021



* Municípios que bateram o recorde de focos de calor da série histórica (2010-2022) para o mês de julho.



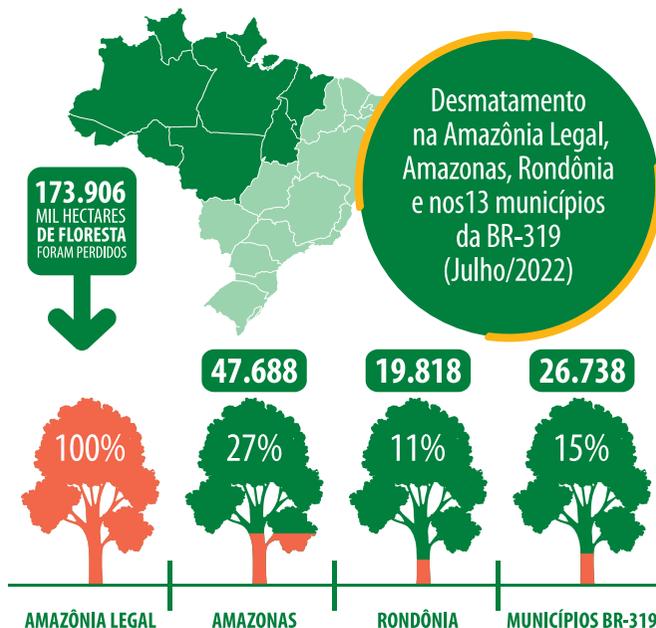
Monitoramento de Desmatamento

Em julho de 2022, a Amazônia Legal, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram queda no desmatamento em comparação a julho de 2021, de 17%, 38% e 21%. Já o Amazonas apresentou aumento de 19%, sendo este o mês de julho com maior desmatamento no estado desde 2010.

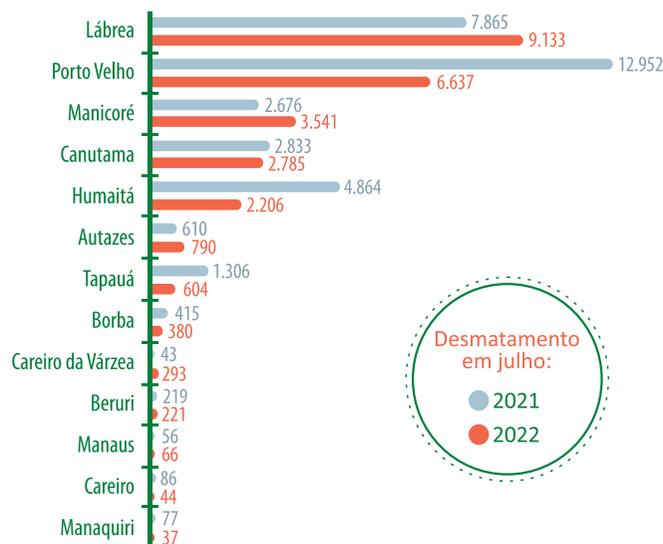
MUNICÍPIOS DA BR-319

Em julho, seis municípios, dos 13 monitorados, apresentaram aumento no desmatamento em comparação ao mesmo mês de 2021, com destaque para Careiro da Várzea, que apresentou aumento de 586%. Para todos eles, o desmatamento foi recorde para o mês de julho, desde 2010. Além disso, Lábrea foi o 2º município que mais desmatou entre todos da Amazônia legal, segundo dados do [Imazon](#).

Por outro lado, sete municípios apresentaram queda no desmatamento, incluindo Porto Velho, que apesar de ter diminuído em 49% o desmatamento no mês, foi o 6º município que mais desmatou em toda Amazônia Legal.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A JULHO DE 2021



AUMENTOU

- Careiro da Várzea (586%)*
- Manicoré (32%)*
- Autazes (30%)*
- Manaus (19%)*
- Lábrea (16%)*
- Beruri (1%)*



DIMINUIU

- Humaitá (55%)
- Tapauá (54%)
- Manaquiri (52%)
- Careiro (49%)
- Porto Velho (49%)
- Borba (9%)
- Canutama (2%)

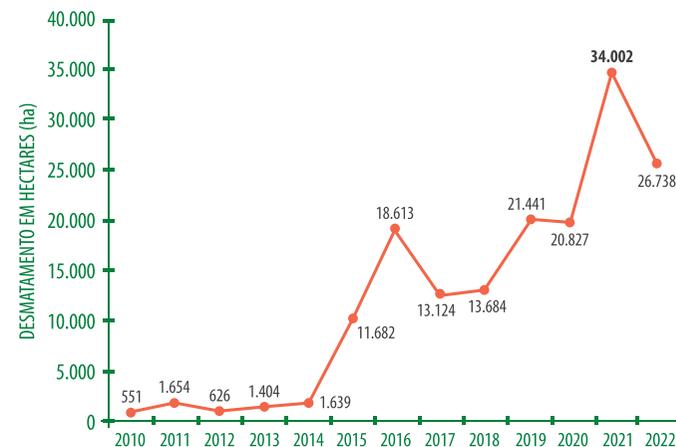


DESMATAMENTO ZERO EM JULHO/2022

- Nenhum município.

* Municípios que apresentaram recorde de desmatamento em julho, considerando a série histórica (2010-2022).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE JULHO (2010 A 2022)





ÁREAS PROTEGIDAS

Dezoito Unidades de Conservação (UCs), dentre as 42 monitoradas, apresentaram desmatamento em julho. O *ranking* foi liderado pela Resex Jaci-Paraná, com 969 hectares (ha), seguida pelo Parque Nacional (Parna) Mapinguari, com 144 ha, e pela FES Tapauá, com 75 ha e recorde para o mês de julho, desde 2010.

Em relação as Terras Indígenas, 18 apresentaram desmatamento dentre as 69 monitoradas, com destaque para as TIs Karipuna, que teve 271 ha, Sepoti, com 255 ha, e Tenharim Marmelos (Gleba B), com 147ha, que apareceram na lista entre as TIs mais desmatadas da Amazônia Legal, em 4º, 5º e 6º lugar, respectivamente.

26%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

43%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO



LISTA DE TIs MONITORADAS

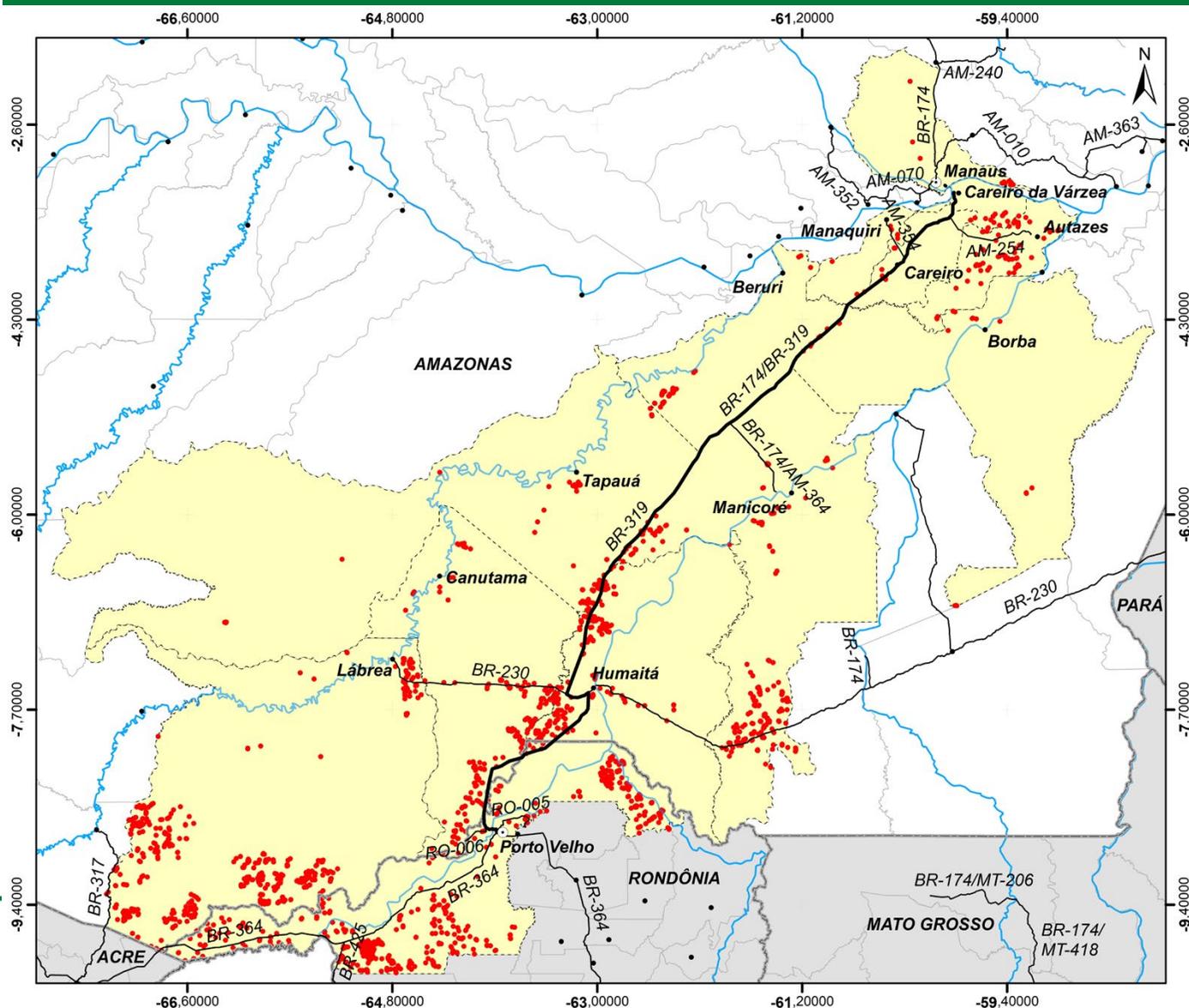


LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Julho 2022





Diálogos da BR-319

Concessões e regularização fundiária foram destaques em reunião de governança

Na sexta-feira (05), aconteceu a reunião de Governança do Trecho do Meio da BR-319, promovida pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI), do Ministério da Economia.

Entre informes e questionamentos sobre o assunto, a ocasião contou com a apresentação do Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro (FSB), Paulo Henrique Marostegan e Carneiro. Uma das novidades apresentadas na ocasião foi o anúncio da possível Concessão Real de Uso (CDRU) da Floresta Estadual (FES) Tapauá como solução para a regularização fundiária de glebas federais sobrepostas à Unidade de Conservação (UC).

Dos 881.704 hectares da FES, 681.938,30 são sobrepostos às



glebas federais Coati, Curupati, Veloso, Boa Vista e Acará. “Esta foi a solução mais rápida encontrada”, explicou o técnico da SPPI Leandro Lima. Em princípio, cogitou-se que a União poderia fazer a doação das glebas ao estado do Amazonas, no entanto, Leandro explicou que o processo poderia ser mais demorado que o esperado. “A doação depende de autorização legislativa, deve passar

por todo um processo legislativo, o que levaria tempo”, acrescentou. “A CDRU, com prazo indeterminado, terá o efeito legal para que a gestão tenha o efeito esperado”, concluiu.

CONCESSÕES

Em sua apresentação, o representante do SFB, responsável por concessões florestais, destacou que a ação é vista pelo governo como um instrumento de política pública, para permitir o manejo florestal sustentável em áreas de florestas públicas. “Por isso, a maioria das concessões está em Unidades de Conservação da categoria Florestas Nacionais”, explicou Paulo.

As concessões florestais da Amazônia hoje estão das Flonas: do Amapá, de Saracá-Taquera, Caxiunã, Altamira, Crepori, Jacundá e Jamari. São 1,26 milhão de hectares de florestas sob concessão, 21 contratos assinados vigentes, 1,69 milhão de metros cúbicos de madeira nativa em tora manejados (2010 e 2021) e totalizando R\$ 125,8 milhões em arrecadação em 10 anos, entre 2010 e 2021.

As reuniões de governança promovidas pela SPPI acontecem mensalmente, sempre na 1ª sexta-feira do mês, às 10h (horário de Manaus), e tem transmissão on-line. O evento é aberto ao público.





Foto: Thaise Olimpio / Unicamp

Registro realizado em um dos módulos de pesquisa do PPBio - Inpa. A foto mostra o relevo com o lençol freático superficial na BR-319.

Ciência

Florestas com lençol freático raso e a BR-319: qual sua importância e o que isso tem a ver com as mudanças climáticas?

Por **Thaiane Sousa**

Sim, nós vamos falar de novo de lençóis freáticos, porque o assunto é importante, pois eles são a fonte de abastecimento subterrâneo de água para a floresta.

Em época de pouca chuva, é dele que as plantas tiram grande parte da água que precisam. Portanto, o lençol freático tem papel fundamental no funcionamento da floresta.

Florestas localizadas sobre lençol freático raso, menor que cinco metros de profundidade, como os da área de influência da BR-319, têm uma dinâmica de crescimento e mortalidade diferenciada. Nestes locais as plantas têm um desafio a mais para conseguirem crescer: o excesso de água no solo. Esta condição



Foto: Geólfia

Thaiane Sousa é doutora em Ecologia pelo Inpa e estuda conservação e ecologia florestal.

durante a maior parte do ano proporciona, em média, crescimento mais lento e mortalidade mais elevada das plantas.

Mas por que entender isso é importante? Uma das causas

do *colapso climático* é o aumento na emissão de carbono para a atmosfera, que potencializa os efeitos do aquecimento global. As florestas têm o poder de absorver e emitir carbono para a atmosfera. A absorção de carbono ocorre através do crescimento das árvores, já a emissão de carbono ocorre quando essas árvores morrem. Por isso, é importante compreender em que condições ambientais as florestas estão crescendo e morrendo mais.

As florestas com lençol freático raso ocupam aproximadamente 50% do território amazônico e têm papel fundamental como sumidouros de carbono da atmosfera, principalmente em períodos de secas extremas. Isso porque diversos estudos já mostraram que durante os períodos de secas fortes, como a de 2015, há um aumento na mortalidade e redução no crescimento das árvores. Porém, em florestas como as da BR-319 a redução do nível do lençol freático durante a seca reduz o estresse promovido pelo excesso de água e ainda assim supre as necessidades hídricas das plantas, promovendo maior crescimento e menor mortalidade da floresta, tornando assim essas regiões importantes sumidouros de carbono da atmosfera em períodos em que outras partes da floresta, principalmente aquelas localizadas em lençol freático profundo, estão emitindo mais carbono.

Conhecer e conservar a floresta amazônica é essencial para o futuro da nossa sociedade. A criação de políticas públicas para manutenção da floresta em pé é de extrema importância para a contenção da crise climática global.

As informações estão no artigo "[Water table depth modulates productivity and biomass across Amazonian forests](#)", publicado na revista *Global Ecology and Biogeography* e escrito por Thaiane Sousa, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e colaboradores.



Minuto BR

Foto: Greenpeace Brasil



Luta



O Greenpeace Brasil **fez imagens** de uma área de aproximadamente 1.800 hectares sendo destruída pelo fogo, dentro da área demarcada pela Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) dada pelo governador do Amazonas, em 17 de março, à Central das Associação Agroextrativistas do Rio Manicoré (Caarim). A situação foi flagrada no dia 18/08 e é uma tragédia anunciada que, em junho, **foi denunciada pelo OBR-319 ao Ministério Público Federal (MPF) e às autoridades competentes**. Mas, antes, diversas outras denúncias e apelos já foram feitos. O procurador Ruy Marcelo, do Ministério Público de Contas do Amazonas (MPC-AM) enviou **ofício** à SSP, Sect, Sema, Ipaam e Casa Civil pedindo providências em relação à situação no rio Manicoré.

Pesca



O Coletivo do Pirarucu enviou a diversos órgãos federais e estaduais, além de candidatos à presidência e ao governo do Amazonas, um **documento** que aborda como a pesca ilegal se correlaciona com outras práticas criminosas e, também, descreve diversos im-

pactos negativos causados por um contexto de impunidade e ausência de fiscalização. O documento traz uma série de denúncias que envolvem ameaças de criminosos às comunidades, pressão de atravessadores e comerciantes para a prática da pesca ilegal, ausência de ações de fiscalização por parte de órgãos do Estado, entre outras. O Coletivo também indica as regiões e contextos em que a pesca ilegal e as demais práticas criminosas estão mais consolidadas.

Mosaico



Mais de 30 lideranças indígenas e tradicionais estiveram em Manaus (AM), entre 19 e 20/08, para a “Oficina de Gestão Integrada das Áreas Protegidas da BR-319”, realizada pela WCS Brasil, com o apoio do Observatório BR-319. No evento, foram apresentadas informações para nivelamento a respeito da gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas, um modelo que visa a participação, integração e envolvimento de gestores de UCs, e da população envolvida.



Foto: Rorolito Pongelupe

Foto: Reprodução / Ufam



É uma formação específica porque é de povo para povo, e diferenciada pelo seu aspecto pedagógico e **valor cultural com relação aos 65 povos indígenas do Amazonas.** Cada um tem sua cultura e forma de pensar

ALCILEI VALE NETO
Povo Mura

Luto



A violência do trânsito de Manaus tirou a vida do professor Alcilei Vale Neto, 51 anos, indígena do povo Mura, de Autazes (AM). O acidente, envolvendo uma carreta e a moto onde o professor estava, foi lamentado por amigos, sociedade civil, organizações indígenas, poder público e instituições por onde Alcilei passou. Formado em Licenciatura Intercultural Indígena e em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), ele era gerente da educação indígena na Secretaria de Educação e Desporto do Estado Amazonas (Seduc-AM), educador e defensor da luta pela educação indígena de qualidade. Alcilei deixou esposa e dois filhos.



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // Allex Gomes (FAS) e Fernanda Meirelles (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**
The global coalition against corruption



GREENPEACE

